



Declaração do PCP

Negociação de António Costa com o Estado envolvendo terrenos do Aeroporto, do Centro Cultural de Belém, do Município de Loures e Gestão Urbana do Parque das Nações

Mais um Pacote do Bloco Central de interesses PS/PSD alargado ao CDS-PP

Face às últimas declarações do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sobre matéria tão importante para a cidade, o PCP considera que tais afirmações são precipitadas, carecendo de legitimidade e fundamentação e desde já manifesta posição contrária a este pacote negocial do bloco de interesses PS/PSD alargado ao CDS pelos seguintes motivos:

1. A entrega dos terrenos do aeroporto ao Estado, cedendo no litígio judicial que se arrasta desde 1989, acontece numa altura em que serve o Governo no anunciado processo de privatização da ANA, na medida em que tal processo ficará livre de ónus de direitos de propriedade. O PCP opõe-se veementemente a essa privatização.
2. Com esta cedência a Câmara Municipal perde a capacidade de desenvolver políticas activas e determinantes na transformação futura da área do actual aeroporto de Lisboa, cuja localização e dimensão estratégica é evidente.
3. A aceitação, pelo Presidente António Costa, da gestão do Parque das Nações, envolvendo o espaço que ainda não se encontra

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Direcção da Organização da Cidade de Lisboa



consolidadamente subtraído ao Município de Loures, do ponto de vista legal e instrumental, constitui, se não o atropelo à ordem legal existente, a conivência com idêntica postura por parte do Governo.

4. A tais motivos junta-se a sempre pouco esclarecida relação entre os benefícios e encargos da gestão do Parque das Nações, agora de maior impacto porque extensível a toda a zona de intervenção da EXPO, precipitação extensível ao negócio que anda a ser preparado com a EPAL, da cedência por 30 anos do saneamento em baixa, propriedade do município.

Como é habitual o Presidente António Costa fez este anúncio, como se tais decisões dependessem apenas da sua vontade, esquecendo que, em democracia, os órgãos colegiais eleitos no Município - Câmara e Assembleia Municipal, terão que se pronunciar.

Caso assim não seja, a segurança de tal anúncio só podem ser compreendidas no pressuposto de acordos prévios com o PPD/PSD e CDS/PP, no âmbito do bloco central, com a garantia da respectiva aprovação nos órgãos municipais competentes.

Lisboa, 23 de Julho de 2012.

A Direcção da Organização da Cidade de Lisboa do PCP

Contactos: Carlos Chaparro

Telem. 919601059